

6 OUT 1985

6 OUT 1985

# Relator propõe que plebiscito decida forma da Constituinte

Brasília — Um plebiscito nacional no dia 2 de março de 1986, para que os 60 milhões de eleitores decidam se a Assembléia Nacional Constituinte será exclusiva ou congressual. Esta é uma das propostas do substitutivo que o relator da Comissão Mista do Congresso, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), apresentará à emenda do Presidente José Sarney que convoca a Constituinte.

A Constituinte exclusiva — delegados escolhidos apenas para fazer a nova Constituição, sem mandato parlamentar — é uma proposta que contraria todo o conteúdo da emenda do Governo, as lideranças partidárias e o próprio PMDB, cujo presidente, Deputado Ulysses Guimarães, é favorável à Constituinte congressual, composta pelos parlamentares a serem eleitos em 1986.

O relator desafiou a direção partidária ao apoiar a tese do plebiscito. Ulysses Guimarães e o líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga, conversaram ontem mais de duas horas com Bierrenbach, na casa deste. O clima era ameno mas o relator manteve suas convicções na maioria das questões, de acordo com um dos participantes do encontro.

Além da Constituinte exclusiva, o relator fixou um prazo

único de desincompatibilização para os ocupantes de cargos no Executivo: nove meses, a partir de 1º de janeiro de 1986, com a eleição dos constituintes em 7 de setembro, se o plebiscito decidir por uma Constituinte exclusiva. Ainda pelo substitutivo, os candidatos a deputado e senador disputarão eleições no dia 15 de novembro.

Esses pontos que Bierrenbach incluiu no substitutivo, alterando substancialmente a emenda Sarney, são os mesmos que vem defendendo desde o início dos trabalhos da Comissão Mista. Ele vem sendo criticado pelas lideranças políticas — o líder do PTB na Câmara, Deputado Gastone Righi (SP), o chamou de “maluco” ontem à tarde.

A realização de plebiscito para decidir se a Constituinte deverá ser congressual ou exclusiva foi discutida pelo Deputado Ulysses Guimarães com os líderes partidários, na terça-feira da semana passada. “Todos foram contra”, garantiu ontem o Deputado José Lourenço, líder do PFL, que participou da reunião. O Deputado Bonifácio Andrada, quando informado pelo JB sobre a inclusão do plebiscito no substitutivo de Bierrenbach, reagiu:

— Ele é doído.

## Bierrenbach deixa comissão perplexa

Brasília — Nove dos 22 integrantes da comissão mista que analisam a convocação da Constituinte manifestaram perplexidade com a inclusão de um plebiscito popular para definir se a Constituinte será exclusiva ou congressual. Dos nove, sete foram contra a idéia e os outros dois disseram que não podem opinar sobre o que ainda não conhecem oficialmente. Nenhum foi favorável à idéia.

— Isto é inusitado. O que se quer é a Constituinte congressual — disse o Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), presidente da comissão, admitindo que até a hora da conversa (21h40min) não recebera qualquer informação do relator, Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

O PDS reuniu-se ontem à tarde e ratificou sua posição favorável à aprovação da convocação da Constituinte nos termos da emenda Sarney. A bancada do PMDB no Senado também se reuniu à tarde e decidiu que seus integrantes que têm assento na comissão, caso do Senador José Ignácio (ES), não podem decidir nada sem antes consultar os companheiros de bancada. “O consenso no Congresso era contra a Constituinte exclusiva. A proposta de um plebiscito não tem cabimento”, disse José Ignácio.

### Tramitação

A comissão mista, que se reunirá hoje às 9h para discutir o substitutivo do relator Flávio Bierrenbach, poderá, inclusive, rejeitá-lo por inteiro. Se isto acontecer, o presidente da comissão, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), suspenderá a

sessão, designando outro dos 22 membros da comissão para relatar, em poucas horas, os motivos da rejeição e apresentar, ou não, alternativas ao substitutivo Bierrenbach. Se não apresentar, a emenda Sarney será votada na sua forma original.

Se houver rejeições parciais ao substitutivo e Bierrenbach as aceitar, continuará como relator e seu parecer será apresentado com a inclusão das conclusões da comissão. O parecer seguirá, então, para a subsecretaria da Câmara para entrar na pauta de votações das sessões conjuntas do Congresso. Mantidas as atuais previsões, isso acontecerá nos dias 21, 22 e 23 próximos.

Se rejeitado pela comissão mista, abrirá espaço para que o texto original da emenda Sarney vá à votação no plenário do Congresso, com as subemendas que forem aprovadas pela comissão mista. A emenda Sarney só trata da convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Questões polêmicas como alteração nos prazos de desincompatibilização para governadores, ministros e secretários de Estado, ou a ampliação da anistia, estão nos textos das subemendas, que, neste caso, serão votadas no mesmo dia, em destaque.

A matéria principal da votação — a emenda Sarney —, mesmo aprovada, ficará prejudicada se durante a votação da emenda em destaque acontecer qualquer incidente regimental como, por exemplo, falta de quorum. Como os assuntos das subemendas são polêmicos, será muito difícil a tramitação da emenda Sarney sem um substitutivo que obtenha consenso das lideranças partidárias.